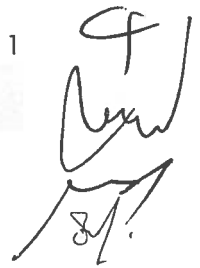


1


ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MIRANDA DO DOURO

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

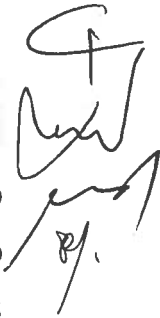
ACTA N.º 5/2011

(CONTÉM 15 PÁGINAS)

Por convocatória da Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, datada de 15 de Novembro de 2011, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini Auditório, pelas catorze horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação do Relatório de Auditoria e Acompanhamento a 30 de Junho de 2011 da Câmara Municipal;
2. Apreciação do Relatório de Auditoria e Acompanhamento a 30 de Junho de 2011 da Miranda Cultural e Rural, E.M.;
3. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (Ano de 2012);
4. Participação Variável do IRS (Ano de 2012);
5. Imposto Municipal sobre Imóveis; (Taxas a Vigorar em 2012);
6. Projecto de Regulamento das Zonas Pedonais do Município de Miranda do Douro;
7. Projecto de Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas e Máquinas Municipais;
8. Empréstimo de Curto Prazo (contratado no ano de 2011). Prorrogação de Prazo;
9. Discussão do Documento Verde da Reforma da Administração Local;

Verificou-se a ausência dos membros a seguir mencionados: Graça Maria Teles de Sousa Carvalho e André Manuel de Pera Almendra:-----

2


Os membros Jacinta de Jesus Borrecho R. Fernandes, Manuel Rodrigo Martins e Belmiro dos Anjos Gonçalves também não estiveram presentes, tendo apresentado pedido de justificação das faltas, as quais foram consideradas justificadas. -----

Não estando presente a Presidente da Mesa, foi o primeiro Secretário Carlos do Nascimento Ferreira a presidir a mesma que chamou a deputada Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues para fazer parte a Mesa. -----

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2011 DA CÂMARA MUNICIPAL; -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que lembrou que o documento em causa já tinha sido distribuído na última sessão e demonstrou a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos necessários. -----

António Carção: Afinal este ano a Assembleia aprecia o Relatório do Revisor Oficial de Contas, no ano passado este Relatório só foi apreciado em Fevereiro de 2011 e até parece que foi um favor feito pelo Executivo a esta Assembleia, pessoalmente dispenso favores deste género. -----

Em relação ao Relatório do 1º Semestre de 2011, ele transmite-nos directrizes reais e alerta-nos para a grave degradação financeira da Câmara.-----

a) Baixíssima execução financeira deste orçamento 2011 - 23%, pág.21; -

b) Aconselha ao executivo “um programa de reestruturação financeira e saneamento financeiro”, pág. 27, capítulo VII. Este executivo fez o contrário, contraiu um empréstimo a curto prazo.-----

Conclusão o relatório é mera formalidade, ou este executivo mete na gaveta as suas soluções. Muito está errado. -----

c) Pagamento a empreiteiros e fornecedores, o ROC afirma no seu relatório, pág.28, alínea c) que o Município de Miranda do Douro se afasta da regra de pagamento a 90 dias estabelecida para a administração do Estado, pena é que não consulte na DGAL/Portal Autárquico e confirme os pagamentos a mais de 250 aproximadamente. -----

d) Alerta muito relevante e muito preocupante, os valores do endividamento em 30 de Junho de 2011, encontram-se muito perto dos limites legais estabelecidos, pag.28, alínea e). -----

e) O relatório termina informando que o Município de Miranda do Douro não está a cumprir o princípio do equilíbrio orçamental onde as despesas de receita são maiores que as receitas da despesa. -----

Concluindo, este relatório é muito preocupante é obrigatório respeitá-lo e este executivo muito terá de fazer para inverter esta situação que leva o Município e os Mirandeses para o abismo. -----

Apreciação muito negativa e tudo porque este executivo não faz nada para contrariar a situação financeira. -----

Manuel Granjo: Referiu que a apreciação está reflectida pelo próprio ROC e é na sua opinião negativa com o aumento de dívidas a empreiteiros e a fornecedores. -----

Orlando Vaqueiro: Quanto ao documento em causa diz que produz atitude crítica à Câmara Municipal, pelo que deve ter atenção para não ficar sem capacidade de endividamento. Falou ainda que a Câmara deve gerir bem os stocks para não prejudicar o nome da autarquia e também contribuir para economizar. É da opinião que é melhor investir em algumas áreas em detrimento de outras. -----

Aquilino Ginjo: Disse que o relatório fala negativamente, mas transmite a realidade da Câmara Municipal, da qual antes não se tinha conhecimento. As obras que já tinam sido feitas, estão a ser pagas por este executivo. Também as dívidas à AGS e ADSE. -----

Quanto às transferências para as Juntas a forma como estavam a ser feitas não era legal, pelo que pede agora se faça, por ser necessário, de forma legal. -----

Abordou ainda o pagamento a advogados externos da Câmara, quando esta tem Jurista que podia fazer esses mesmos serviços. -----

Finalizou dando os parabéns ao executivo por apresentarem este documento. -----

Presidente da Câmara: Frisou que quiseram cumprir as funções financeiras e houve a preocupação de apresentar o relatório atempadamente, facto que antes não se verificava. -----

Lembrou que havia um conjunto de dívidas que antes não se via e que agora com o ROC é apresentado tudo. Que finalmente há uma visão real da dívida, mas não total, já que, referiu, há dias apareceu uma nova dívida respeitante à compra das casas dos antigos magistrados, dívida essa de cerca de 28.000,00 €, referente ao ano de 2008. Reafirmou que dia a dia ainda se continuam a descobrir dívidas. -----

Relativamente ao empréstimo a curto prazo, lembrou que a Câmara de Miranda foi a que menos pediu, e o que pediu foi dado. A opção foi estabilizar.

Quanto ao comentário do presidente da Junta de Ifanes, informou que se fez alguma reestruturação dos serviços, com a informatização dos mesmos, a modernização administrativa, para que haja cada vez menos falhas. -----

António Carção: Repudio as palavras do meu Presidente da Junta (Aquilino Ginjo). Em relação ao presidente da Câmara, relembro as palavras do Secretário do Partido Socialista na apreciação e crítica aos 100 dias de governo de Passos Coelho – “É altura de se responsabilizar e deixar-se de desculpas e governar o País”. -----

Questionou ainda se a Câmara tinha pago alguma prestação da compra das casas dos antigos magistrados. -----

Manuel Granjo: Afirmou que este ano já foram contabilizados 250.000,00 € de facturas em atraso e questiona se há alguma previsão de défice deste ano. -----

O **Presidente da Câmara** informou que na Câmara Municipal não há défice mas sim dívida. -----

Em relação ao que o deputado António Carção disse sobre a dívida da compra da casa dos antigos magistrados, frisou que só pode pagar o que está contabilizado, o que se desconhece não foi contabilizado e que não há documentos. Terminou dizendo que o papel deste executivo é dar a cara. -----

Depois de discutido o presente documento, foi o mesmo apreciado positivamente por maioria com três apreciações negativas. -----

2. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2011 DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.; -----

Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Carção** que disse o seguinte:-----

O Relatório é mera formalidade já que tem poucos quadros comparativos, mas devemos realçar que a exploração continua deficitária financeiramente em 2.000,00 euros/mês e continua a implicar a necessidade do Município de Miranda do Douro continuar a financiar os prejuízos para funcionamento. Até aqui já todos sabemos, como já no passado o actual executivo prometeu aos Mirandeses, um Matadouro novo. Para quando? Foram prometidas mudanças na gestão da Miranda Cultural e Rural e continua a mesma. -----

O **Presidente da Câmara** interveio para dizer que o que está em questão é somente a apreciação de um Relatório. -----

Colocado a votação a sua apreciação, verificaram-se duas abstenções, tendo sido apreciado por maioria favoravelmente. -----

3. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS D PASSAGEM (Ano de 2012); -----

Foi apresentado o assunto pelo presidente da Câmara em que o mesmo solicitou a sua aprovação. -----

Não tendo havido quaisquer inscrições para intervir neste ponto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS (ANO DE 2012); -----

Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Carção** que referiu: -----

Orgulho-me de ter feito parte de um executivo que deliberou em ceder 2,5% dos 5% da participação variável do IRS. Fi-lo pensando em discriminação positiva para com os mirandeses e todos os que escolheram este concelho para viver. É neste momento de crise que as pessoas mais precisam que o Município deveria pensar e agir, pois as pessoas estão em primeiro lugar. -----

Lamento que seja um executivo socialista a acabar com esta discriminação positiva, não foi isto que o Sr. Presidente em Outubro de 2009 prometeu aos mirandeses. -----

O Presidente da Câmara mencionou que este valor significa muito pouco no âmbito geral, que em tempo de crise há menos gente a receber IRS, e serão os mais ricos a receber mais. Que este dinheiro poderá ser melhor aplicado. -----

Colocado o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria com dois votos contra e quatro abstenções. -----

5. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (TAXAS A VIGORAR EM 2012);

Inscreveram-se para intervir neste ponto os membros a seguir mencionados: -----

Manuel Granjo: Manifestou-se contra o aumento do IMI, por haver cada vez mais apartamentos vazios e baixos comerciais. É da opinião que esta medida vai afastar investidores e complicar a vida aos proprietários. -----

António Carção: Repito as palavras anteriores, orgulho-me de ter pertencido ao executivo que mantinha as taxas mínimas para impostos sobre imóveis. Os mirandeses mereciam esta discriminação positiva, foi assim que se habituaram. Lamento ter sido uma gestão socialista a fazer alterações, gastando à “tripa forra” e colocar os mirandeses a pagar impostos por possuírem casa neste concelho. -----

Colocado a votação, foi este assunto aprovado por maioria com dois votos contra. -----

6. PROJECTO DE REGULAMENTO DAS ZONAS PEDONAIS DO MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO; -----

O **Presidente da Câmara** fez a apresentação do assunto e mencionou que ao longo de todo o processo teve em conta a opinião da população, moradores e comerciantes das ruas Mouzinho de Albuquerque e a 25 de Abril. Esclareceu ainda que inicialmente a rua Mouzinho de Albuquerque não tinha regulamento para funcionar como pedonal. Esta situação só foi alterada aquando das obras da rua 25 de Abril onde houve afixação de Editais públicos e consequentes reuniões com os interessados. Daqui resultou que a maioria dos comerciantes e residentes pronunciaram-se favoravelmente na colocação de um “pino” com a entrega de uma chave a cada um. -----

Orlando Vaqueiro: Disse concordar que haja zonas pedonais. Relativamente às coimas, é sua opinião que as mesmas deviam ser discriminadas de acordo com as infracções. -----

Colocado a votação este ponto, foi aprovado por maioria e em minuta com uma abstenção. -----

7. PROJECTO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DE VIATURAS E MÁQUINAS MUNICIPAIS; -----

O **Presidente da Câmara** referiu que houve necessidade de regulamentar a utilização das viaturas da Câmara Municipal, pois havia utilização incorrecta das mesmas. -----

António Carção: Sugeriu que houvesse livro de cadastro de viaturas, onde se registasse o número de Km que se fizeram. Lembrou que no passado também utilizou a viatura da Câmara nas suas deslocações para Sendim. Hoje isso também acontece com o Vereador Ilidio Rodrigues, no entanto ele foi vítima de acusações. -----

Norberto Ferreira: Demonstrou algumas dúvidas relativamente aos artigos 20º e 24º do Regulamento e pediu esclarecimentos sobre os mesmos. -
Outo assunto que focou, foi o atraso dos transportes para São Martinho.

Orlando Vaqueiro: Não concorda que os Vereadores e o Presidente da Câmara utilizem as viaturas da Câmara para deslocações domiciliárias, e sim somente nas deslocações oficiais. -----

Solicitou ainda ver esclarecido se os funcionários usam o transporte da Câmara ou não. -----

Presidente da Câmara: Explicou que já há mais de 20 anos que se faz o transporte de funcionários. -----

Foi dada a palavra ao **Vereador Ilidio Rodrigues** para esclarecer que quem utilizou a prerrogativa de utilizar a viatura do Município foi o deputado António Carção, como Vereador. -----

Em termos operacionais, elucidou que facilita o serviço porque vive fora e até chegar à Câmara, maioritariamente, utiliza-a oficialmente. -----

À **Vereadora Anabela Torrão** também lhe foi dada a palavra para responder ao presidente da Junta de São Martinho sobre o atraso dos

Sessão Extraordinária de 25 de Novembro de 2011

transportes, esclareceu que foi devido a um problema mecânico mas que já está resolvido. -----

Colocado a votação este ponto, foi aprovado por maioria e em minuta com duas abstenção. -----

8. EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO (CONTRATADO NO ANO DE 2011). PRORROGAÇÃO DE PRAZO; -----

Foi presente o processo do empréstimo a curto prazo que inclui o contrato de empréstimo celebrado, auto de abertura de apreciação das propostas e as propostas das entidades bancárias. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os membros a seguir mencionados: -----

António Carção: Este é o único ponto premente que veio a esta sessão extraordinária. Justificava-se uma sessão extraordinária sim para aprovar delegação de competências e protocolo para viabilizar as transferências de capital para as Juntas de Freguesia. O ano económico está a chegar ao fim.-----

Afinal este ponto voltou de novo a esta Assembleia, Onde está a acta da última Assembleia com a deliberação em relação a este empréstimo. -----

Dizer ao Sr. Presidente que na reunião de Assembleia de 9 de Setembro perguntei quais os juros do empréstimo e não informou esta Assembleia quando a abertura das propostas foi no dia anterior, dia 8 de Setembro de 2011. Pouco respeito por esta Assembleia.-----

Este executivo devia trazer a esta Assembleia um mapa de amortizações, porque tenho a certeza que em Setembro estamos a contrair outro empréstimo para pagar este. -----

Afinal o empréstimo já foi gasto e as Juntas nada receberam de transferências de capital. Este executivo não tem qualquer respeito pelas Juntas de Freguesia nem a hombridade de dizer que não quer pagar, lamento que a Sra. Presidente da Assembleia e o Partido Socialista sejam coniventes com esta fraude. -----

Moisés Esteves: Referiu que este assunto o faz lembrar as dificuldades que está a passar. Não concorda que a Câmara Municipal esconda informação sobre as transferências de capital para as Juntas. Questionou se podem contar com alguma verba ainda este ano, e o que vão dar para o ano. -----

Orlando Vaqueiro: Disse que este assunto é um questão meramente técnica e esclarece que terminado o ano financeiro a rubrica passa para o ano 2012. -----

António Barbosa: Concorda que o prazo seja prolongado e espera que no próximo ano as Juntas de Freguesia sejam contempladas. -----

Manuel Gonçalves: Entende que se deve fazer as transferências de modo legal. -----

Presidente da Câmara: Relembrou o deputado António Carção, que se cometeram irregularidades no passado nas transferências de capital para as Juntas de Freguesia, detectadas no Relatório da IGAL e que esta Câmara também foi implicada. Frisou que enquanto não houver definição clara por parte da mesma, não podem tomar decisões. -----

Artur Gomes: Questionou também se podem contar com a verba no próximo ano. -----

Colocado a votação a prorrogação do prazo do empréstimo a curto prazo, foi o mesmo aprovado por unanimidade e em minuta. -----

9. DISCUSSÃO DO DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL; -----

O Presidente da Mesa em exercício fez uma apresentação do assunto e sugeriu que auscultassem as populações das freguesias para saber a sua opinião. -----

Francisco Fidalgo: Fez saber que iria convocar toda a Assembleia de Freguesia e a população para fazer um referendo. Depois fará chegar o resultado. -----

Moisés Esteves: É da opinião que a questão essencial que vai faltar é o apoio directo às populações. Receia que a população não seja bem servida, já que é idosa. -----

António Barbosa: Pensa que se devia fazer o maior número possível de freguesias. -----

Manuel Gonçalves: Tem as suas dúvidas se a fusão das freguesias trará mais ou menos benefícios. Defende que deveriam ficar o maior número possível de freguesias tendo em vista a maior proximidade das pessoas. -----

Aquilino Ginjo: É contra a fusão das freguesias, no entanto frisou que serão bem vidos os que quiserem juntar-se a Sendim. -----

Luís Preto: É contra a medida em causa, mas se vier a acontecer, pensa que devia ficar alguém a tempo inteiro para tratar dos assuntos das pessoas. ---

Ivo Mendes: Acha que as pessoas estão muito acomodadas e referiu que este documento apresentado pelo governo de coligação PSD/CDS-PP, é revestido de boas intenções: melhorar a gestão do território; melhorar o serviço público para os cidadãos; promover um municipalismo mais forte, mais sustentado, mais eficaz.-----

Apresenta linhas de orientação sem nunca concretizar: querem reorganizar o território reduzindo o actual número de freguesias, aglomerando as existentes, de modo a criar novas freguesias com maior dimensão e escala, reforçando as competências. Omitem porém neste documento quais serão as novas competências e atribuições destas estruturas administrativas, bem como o modelo de financiamento a que serão sujeitas. Apresentam um documento

bem estruturado, mas completamente vazio. Agora pergunto eu a esta Assembleia, como poderemos discutir um documento vago, com ideias soltas, faltando pormenores essenciais para a fundamentação do debate? -----

Concluo referindo que a pouca informação a que este documento nos dá acesso nos impede de sustentar uma opinião concreta acerca desta resposta. Contudo e referindo-me em especial à agregação de freguesias, sou da opinião que qualquer aglomeração destas autoridades locais compromete a democracia de proximidade que aí se reflecte. Mas aqui, tem que se dar voz aos protagonistas, temos que ouvir os presidentes de Junta e Assembleias de Freguesia, pois são aqueles que lidam directamente com o actual modelo de administração local, sendo os que têm mais legitimidade para determinar o rumo que pretendem. -----

Espero também que qualquer proposta apresentada nesta Assembleia reflecta os interesses do nosso Concelho e não os interesses político-partidários. -----

Orlando Vaqueiro: Este é um documento branco e não verde, não há critérios. O actual modelo autárquico não serve as populações. Ou há unanimidade na Assembleia Municipal ou devem fazer-se referendos. Sou da opinião que a Assembleia Municipal não deve assumir qualquer responsabilidade de dividir o Concelho enquanto não houver critérios. Tudo deve continuar como dantes, a menos que haja unanimidade na reestruturação.

Alberto Raposo: A minha intervenção vai um pouco na defesa da minha freguesia, mas entendida para todas em geral. -----

Espero não ser entendida como critica, dado não ser altura de divisões, mas sim de uniões, e lutarmos todos no melhor para os nossos munícipes e para o bem do nosso Concelho. -----

Cada um de nós só faz o que sabe, e colocando em prática o que sabe, pelos outros é julgado, o saber e o seu valor. O Povo tem o que elegeu nas urnas, e tem o que merece, não podemos pedir aquilo que não lutamos para ter direitos. -----

Em Setembro do corrente ano saiu este documento Verde sobre a Reforma Administrativa, este tem prazos, até Dezembro discussão pública, Janeiro Propostas, Junho Decreto Lei. -----

Senhoras e Senhores membros desta Assembleia, podem-me criticar de agressivo nesta intervenção, mas não me podem criticar de não ser bairrista, não daqueles que sendo da freguesia foi fazer casa em Miranda, daqueles que saindo dois dias da freguesia levanto o meu recenseamento da minha terra natal, aqueles que tendo escola primária levam os filhos a estudar para fora, não sou daqueles que meto a cabeça na areia, que sou surdo e não vejo. Lutei e continuarei a lutar, para defesa do bem estar da minha freguesia, e do meu Concelho. Foram estas formas de pensar, as formas de vivermos na sociedade o podermos ser mais... e diferentes dos outros, que surgiu o abandono das nossas freguesias... hoje nas escolas primárias não ensinam o essencial que é a partilha do pão, o estrangular o egoísmo, o amar sobre todas as coisas. Não amando a nossa terra natal, esta é condenada ao fracasso por abandono dos filhos da terra. -----

A cegueira dos nossos políticos pelo poder, não olha a meios, e temos exemplo neste documento verde, não se ouvem as pessoas, e tomam-se medidas desastrosas contra os maiores valores morais que se viu até hoje, e que eu manifestamente sou contra, e me sinto revoltado e repudio vivamente. --

Estamos no virar da página da nossa história, das nossas vidas, resta-nos dizer em voz alta, estamos indignados, revoltados contra esta fusão imposta pela Troika, e pelo Governo de Centro Direita deste País... Basta, Senhores Governantes, que mais tendes para nos roubar...? -----

Vós que acabastes com as freguesias onde eu, e muitos como eu aprendemos a dar os primeiros passos, as primeiras letras, donde eu nunca saí, onde criei as minhas raízes, construí o meu lar, onde aprendi a respeitar, a ser respeitado, onde lutei para que fossem criadas estruturas, água, saneamentos, iluminação, arruamentos, etc. Criei e ajudei a criar Associações desportivas e culturais, onde a minha história, a minha cultura, a minha forma de viver está ligada. -----

Por nos destruírem os nossos sonhos, e as oportunidades de vivermos felizes e em paz;-----

Pelo exemplo dos políticos do País, que se esforçam em nos dar algo do que é nosso. Como é possível viver sem vergonha, sem respeito e sem dignidade. -----

Por nos roubarem, e se orgulharem de nos tirar o que é nosso, que lutamos e defendemos e às quais temos direito. -----

Por nos tirarem o sono, a tranquilidade e a alegria, pela depressão e o desespero.-----

Por aquilo que podem, e não querem fazer, por tudo o que não sabem e fingem saber, por transformarem os nossos corações numa sala de espera, por fazerem de cada um dos nossos dias, um dia menos interessante que o anterior. -----

Por nos exigirem mais do que podemos dar, e por nos darem em troca o quase nada. -----

Por não disfarçarem a cobiça, a corrupção, a indignidade da sua felicidade adquirida a qualquer preço. -----

Pelo vergonhoso descaramento dos políticos do nosso país, por nos ensinarem o que nunca devemos querer, e que nunca devemos fazer, por serem o que são e como são, -----

E para que não sejamos nós também assim, e possamos reconhecer em nós próprios que somos diferentes. -----

Aos políticos deste País, a política, levou-os à cegueira, e o poder leva-os a não quererem ver. -----

Por tudo isto, e muito mais, a minha revolta e a minha indignação. -----

José Abílio João: Desconhece se é obrigatório fazer esta reforma, mas que vai reunir com os restantes elementos da Junta de Freguesia. -----

Alfredo Cameirão: Cumprimentou a todos pelas suas palavras. Referiu ser do tempo da criação da freguesia de Águas Vivas e que hoje com desagrado estamos no polo oposto. -----

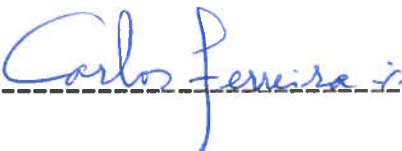
Falou um pouco da história e referiu que os Municípios foram quem fundou Portugal. -----

Jacinto Afonso: Questionou se seria ou não possível inverter este processo, e em caso negativo, acha que faltou algo que não foi dito. Há necessidade de uma reflexão profunda. As pessoas vão continuar a ter as suas freguesias, continuará a haver democracia, haja alguém com pulso em cada freguesia para se fazer representar. -----

O **Presidente da Mesa** sugeriu que se fizesse um grupo de trabalho para apreciar o assunto.

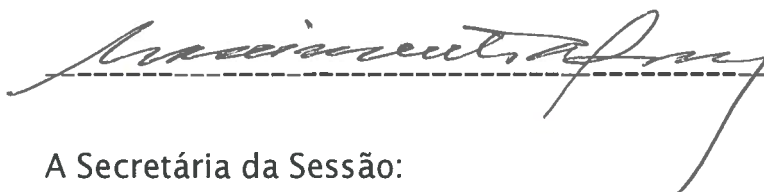
Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu por concluída a sessão, pelas 17.55 horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal:



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:





A Secretária da Sessão:

